Ano IX nº 89 – Abril – 2014

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Procuradores do Trabalho discutem a atuação do MP nos eventos de grande impacto social

Brasília sediou, entre os dias 10 e 13 de abril, o XIX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho, promovido pela ANPT. Durante o evento, centenas de membros do Ministério Público do Trabalho aprofundaram os debates sobre sua atuação, com ênfase para a contextualização voltada para os eventos de grande impacto social, a exemplo da Copa do Mundo.

PÁGINAS 6 a 11

Foto: Ascom/ANPT

Foto: Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

ANPT recebe homenagem do Congresso Nacional por seus 35 anos

A Câmara dos Deputados promoveu sessão solene em homenagem aos 35 anos de fundação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Procuradores do Trabalho de todo o Brasil, parlamentares, representantes de entidades parceiras da ANPT, entre outros, lotaram o Plenário da Câmara dos Deputados e prestigiaram a solenidade.

Paginas 4 e 5

SEDE DA ANPT

Novas instalações foram inauguradas

Página 3

AGENDA PROPOSITIVA

Associações reúnem-se com presidente da Câmara

Página 14

Caro Associado,

Durante o mês de abril, tivemos diversos acontecimentos com inegável relevância para os membros do Ministério Público do Trabalho, os quais buscamos retratar, ainda que de maneira sintética em muitos casos, nesta edição do Informativo da ANPT.

Em 2014, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho completa 35 anos de sua fundação, com uma atuação voltada, sempre, para a busca incessante por avanços para a atuação dos membros da instituição e para a defesa e promoção dos direitos sociais, até porque, não custa lembrar, é a sociedade a efetiva destinatária de toda a nossa atuação e do exercício de nossa missão constitucional.

Nesse contexto, o plenário da Câmara dos Deputados, acatando proposição do deputado Federal Alessandro Molon, do Rio de Janeiro, promoveu sessão solene naquela Casa Legislativa em homenagem à ANPT. Na ocasião, tivemos a honra de contar com a presença de procuradores do Trabalho, procurares Regionais e subprocuradores-Gerais de todo o Brasil, os quais lotaram o plenário, juntamente com advogados, magistrados, auditores fiscais, membros dos demais ramos do Ministério Público e dirigentes das respectivas entidades de classe, parlamentares e diversas outras autoridades.

Também durante o mês de abril, a ANPT realizou seu XIX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho, ocasião em que pudemos debater, de forma ampla e aprofundada, questões assaz contemporâneas e com umbilical relação com o trabalho desenvolvido pelos associados da entidade em seu cotidiano. No Congresso deste ano, tivemos como tema central "a atuação do Ministério Público nos eventos de grande impacto social" e, ante as discussões profícuas ali verificadas, podemos assegurar que elas, certamente, servirão como base para o aprimoramento de nossa atuação e, acima de tudo, para otimizar os resultados a serem por meio dela obtidos.

Ainda em abril, inauguramos as novas instalações da sede da ANPT, a qual, após aquisição de novo conjunto de salas, foi ampliada significativamente, passando a contar com mais espaço e conforto para a realização dos trabalhos promovidos pela entidade.

Confira essas e outras notícias, tais como a atuação política e de representação da Associação no período, nesta edição do Informativo da ANPT.

Boa leitura!

CURTAS

Ministério Público lança projeto para melhoria da educação no Brasil

Por meio de uma parceria entre o Ministério Público da União e o Ministério Público dos Estados, foi lançado, dia 8 de abril, o projeto "Ministério Público pela Educação" (MPEduc), na sede da Procuradoria Geral da República (PGR), em Brasília. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, acompanharam o evento.

O principal objetivo do projeto é estabelecer a defesa do direito à educação básica de qualidade como prioridade na atuação do Ministério Público. Por ele, o MP fará um diagnóstico dos centros de ensino e apresentará, por meio de recomendações, soluções para os problemas identificados. A intenção é que o projeto chegue às mais de 150 mil escolas públicas do país.

Eleição para a nova diretoria da ANPT

Será realizada no próximo dia 6 de maio, das 10h às 17h, a eleição para a escolha da nova diretoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), para o biênio 2014/2016. O processo será realizado todo por meio eletrônico e aos associados, para votar, bastará acessar a intranet, a partir do site da Procuradoria-Geral do Trabalho. A participação de todos é fundamental nesse processo eleitoral.

Para ter acesso ao sistema da eleição, será necessária a utilização do número da matrícula e, também, de senha, que é a mesma utilizada para acesso ao contracheque. Quem tiver qualquer problema para acesso a essas informações, deve procurar o departamento de recursos humanos de sua Regional e solicitar a atualização de tais dados.

O processo de eleição acontecerá, também, na Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília, nas Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) e nas Procuradorias do Trabalho nos Municípios (PTMs). A apuração vai acontecer na própria sede da ANPT. O resultado será divulgado ainda no mesmo dia.

Concorre à diretoria da ANPT somente uma chapa, intitulada "Por uma ANPT sempre melhor". Confira abaixo os seus integrantes:

Presidente – Carlos Eduardo de Azevedo Lima; Vice-Presidente – Ângelo Fabiano Farias da Costa; Secretário-Geral – Marcelo Adriano da Silva; Diretora Financeira – Ana Cláudia Rodrigues B. Monteiro; Diretor de Relações Institucionais – Rafael Garcia Rodrigues; Diretora de Assuntos Jurídicos – Ericka Rodrigues Duarte; Diretor de Assuntos Legislativos – Helder Santos Amorim; Diretora Social e de Eventos – Alice Nair Feiber Sônego; Diretora de Comunicação – Heleny Ferreira de A. Schittine; Diretora – Márcia Bacher Medeiros; Diretor – Jeibson dos Santos Justiniano; Diretora – Celeste Maria Ramos M. Medeiros

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Morais do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Marcelo Adriano da Silva
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonego Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão. Tiragem: 1700 exemplares; **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, *Site*: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1108, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT inaugura novas instalações com a presença de associados

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) inaugurou, dia 9 de abril, suas novas instalações, que, após a aquisição de um novo conjunto de salas e de ampla reforma, passou a contar com mais espaço e conforto para a realização dos trabalhos realizados pela entidade. Entre as novidades da nova sede da ANPT, além da ampliação significativa da área de trabalho, recepção, almoxarifado, sala de reuniões e de todos os demais ambientes, destaca-se, também, o agora inaugurado "Espaço do Associado", com possibilidade de receber com conforto e de modo funcional os filiados da entidade que necessitem de um espaço para realização de suas atividades, com toda a estrutura para tanto.

Durante o evento, no qual foi reinaugurada também a "Galeria de Presidentes da ANPT", o presidente da Associação, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, ressaltou a importância das novas instalações e a conquista que elas representam para a categoria. "Longe de estarmos diante de uma sede luxuosa ou equivalente, temos a honra de entregar aos Associados da ANPT, a quem se destina toda a nossa atuação, instalações adequadas e que propiciam, inclusive, um ambiente de trabalho adequado para nossos funcionários e diretores e viabiliza, também, receber com maior conforto os colegas de todo o Brasil e os nossos parceiros", destacou.

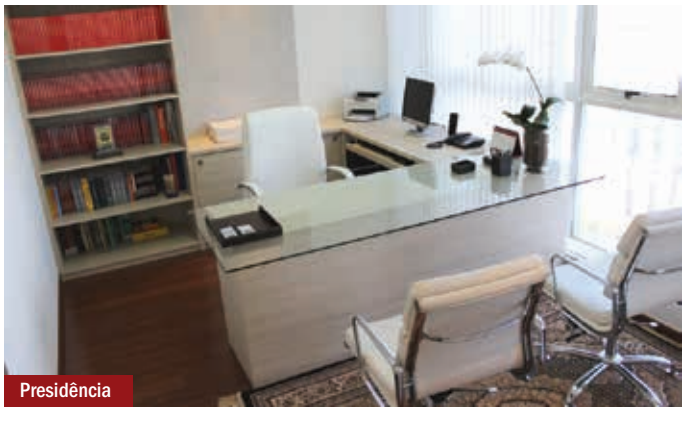
Um grande número de pessoas, formado por procuradores do Trabalho de todo o Brasil, conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o vice-procurador-geral do Trabalho, o corregedor-geral e a ouvidora-geral do Ministério Público do Trabalho, ex-presidentes da ANPT, dirigentes de outras entidades associativas, a exemplo da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e da Associação Nacional do Ministério Público Militar, procuradores-gerais de outros ramos do Ministério Público e diversos outros convidados prestigiaram a inauguração.

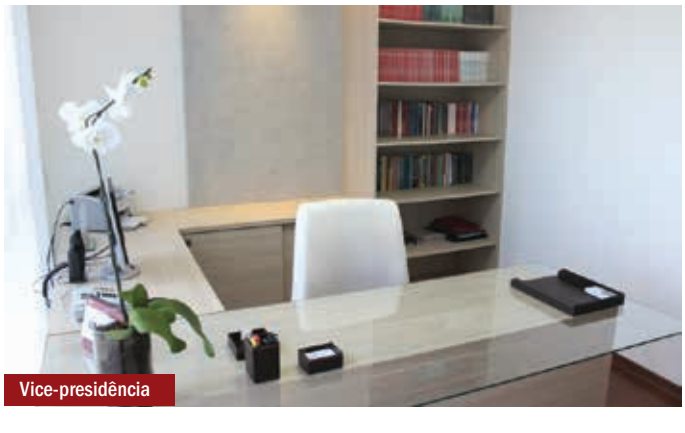
Azevedo Lima e ex-presidentes da ANPT

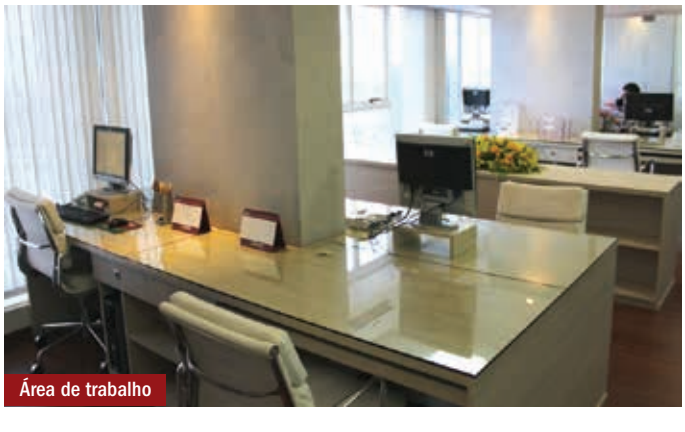
Fotos: ASCOM/ANPT

Sala de reuniões

Recepção


Presidência


Vice-presidência


Área de trabalho

Câmara dos Deputados promove sessão solene

35 ANOS ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Foto: ASCOM/ANPT

Dispositivo de honra da sessão solene

O Plenário da Câmara dos Deputados prestou uma homenagem aos 35 anos de atuação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), dia 11 de abril, durante sessão solene. O evento, que fez parte da programação do XIX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), reuniu membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) de todo o Brasil, parlamentares, representantes de entidades e instituições parceiras da ANPT, entre diversos outros participantes.

Durante a solenidade, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, ressaltou que a atuação da entidade tem uma relação umbilical com o parlamento brasileiro. Lembrou que a Associação sempre esteve presente "trabalhando arduamente, não apenas na defesa dos interesses mais diretos dos membros do MPT, mas, e sobretudo, da sociedade brasileira como um todo". Ele destacou, por outro lado, que não se pode olvidar que dar condições melhores e mais adequadas de trabalho para os membros da instituição, assim como garantir o respeito às suas prerrogativas, significa, na realidade, contribuir para uma defesa ainda mais precisa e eficaz do Estado Democrático de Direito e do regime democrático.

De acordo com Azevedo Lima, a ANPT tem atuado, desde a sua origem, em 1979, na defesa, além dessas relevantes questões concernentes ao Ministério Público, também de uma série infindável de temas relacionados aos direitos sociais. "Seja no processo de redemocratização do país, na Constituinte, ou, antes disso, na Lei de Ação Civil Pública, ou quando das discussões que levaram à Lei Orgânica do Ministério Público da União, nas mais variadas questões que tratam das prerrogativas dos membros da instituição e diversas outras não menos relevantes", completou.

Como exemplo, ele citou o trabalho desenvolvido pelas entidades de classe do Ministério Público no combate à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que tinha por objetivo retirar o chamado poder investigatório do MP. Outra proposta legislativa cujo trabalho conjunto das entidades de classe foi ressaltado pelo procurador foi a que retirava a prerrogativa da vitaliciedade, "que, antes de ser uma prerrogativa, nem muito menos um privilégio, representa, em verdade, uma garantia de toda a sociedade brasileira, a qual deve ser incansavelmente defendida pelos membros do Ministério Público de modo isento e imparcial, em sua atuação diuturna".

Azevedo Lima ressaltou, também, a imprescindibilidade de se restabelecer a capacidade eleitoral passiva dos membros do MP, como forma de resgatar a sua cidadania plena. "É importante que avancemos nessa questão, a fim de que os membros do MP brasileiro não mais sejam excluídos da possibilidade de participar de maneira completa do processo político, trabalhando não apenas para garantir o cumprimento das leis e do ordenamento jurídico como um todo, mas, também, dando sua contribuição de forma direta na elaboração das leis e nas discussões mais caras à sociedade brasileira".

Nesse sentido, o procurador do Trabalho destacou a relevância de uma recente proposição legislativa, que passou a tramitar na Câmara dos Deputados, que é a PEC 392, tendo

em homenagem aos 35 anos da ANPT

por escopo justamente restabelecer a capacidade eleitoral passiva dos membros do MP. "É essencial que a categoria também possa ter representação no Parlamento brasileiro, como ocorre com os mais variados segmentos, o que é inerente ao próprio regime democrático", enfatizou.

TRANSPARÊNCIA E DEMOCRACIA

O deputado Federal Alessandro Molon, autor da proposição que levou à realização da homenagem pela Câmara dos Deputados e que presidiu a solenidade, apontou que o aniversário da ANPT é uma ocasião bastante especial. "São 35 anos de uma entidade representativa de membros do MPT que exerce, diuturnamente, seu mister constitucional de assegurar a observância de direitos sociais inerentes aos trabalhadores do país", afirmou. Nesse contexto, ele destacou que a atuação da entidade é baseada na transparência e na democracia, o que é admirável, segundo ele próprio frisou.

De acordo com o parlamentar, a relevância do papel da ANPT ao longo das décadas é inquestionável e as prerrogativas continuam a ser defendidas não somente para fortalecer internamente a entidade. O grande objetivo, em sua opinião, é permitir que ela avance na defesa de uma realidade social cada vez mais equânime.

"Vivenciamos um período em que as relações privadas e públicas estão exigindo uma transformação para que os direitos sociais sejam conquistados. Devemos nos ater a propostas que fortaleçam os procuradores do Trabalho, para que eles possam exercer sua função", disse Molon.

Sobre o trabalho da ANPT no Congresso, ele ressaltou a articulação da entidade manifestando a sua opinião sobre diversos temas que, muitas vezes, não dizem respeito somente à categoria. "Isso fortalece a instituição, o MPT, sobretudo protege àqueles que têm por missão defender os trabalhadores do nosso País. Além da atuação e defesa da categoria, a ANPT se faz presente ao emitir sua opinião sobre os mais diversos projetos nessa casa, a exemplo da terceirização", pontuou.

"Pude ver de perto a importância da atuação do Ministério Público para a construção de um país mais justo, onde os direitos dos trabalhadores sejam respeitados. Essa atuação aumentará certamente em função dos grandes eventos que nós vamos sediar. O tema do XIX CNPT, inclusive, é de extrema relevância para o nosso país, principalmente em um ano como esse", disse.

A celebração ocorrida na Câmara, de acordo com o parlamentar, serve também como agradecimento do povo brasileiro a essa instituição, a ANPT, a todo o MPT e seus membros, por todos os serviços prestados ao país, em especial àquelas pessoas que mais precisam, aqueles que dependem da atuação de um órgão como o MPT e sua Associação.

A presidente da Amatra-10 e Secretária-Geral da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), juíza Noêmia Porto, ressaltou que a ANPT é uma instituição de muita grandeza para a democracia brasileira. Ela falou sobre o papel renovador do MPT, assim como da Associação, para lidar com os novos temas relacionados ao direito do Trabalho no Brasil. "Trago o tom celebratório para os 35 anos da ANPT, essa instituição que tem sido uma grande parceira da Anamatra e das outras entidades de classe do MP e da magistratura".

A procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, Teresa Cristina Basteiro, por sua vez, ressaltou a importância do trabalho desempenhado pela ANPT ao longo de sua história. "A atuação da Associação transcende os direitos dos associados e impacta diretamente na vida dos trabalhadores. Precisamos apoiá-la e incentivá-la a continuar nesse importantíssimo trabalho em busca da garantia da observância dos direitos constitucionais e sociais previstos na Constituição e no arcabouço legislativo do nosso país", finalizou.

O procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo, enfatizou o fato de a ANPT, juntamente com o MPT, atuarem na linha de frente da defesa dos interesses da sociedade brasileira. "As duas instituições caminham juntas. Às vezes a entidade na frente, às vezes ao lado, mas nunca atrás. É enorme a alegria de comemorar os 35 anos da Associação, com tantos e tão relevantes trabalhos desempenhados na defesa dos direitos sociais e da categoria", destacou o PGT durante a homenagem.

Foto: ASCOM/ANPT

Azevedo Lima lembrou a trajetória da ANPT durante seu pronunciamento

"Temos de otimizar os resultados a serem

Solenidade de abertura do XIX CNPT reuniu cerca de 300 pessoas, em Brasília, entre procuradores do Trabalho, representantes de entidades de classe, advogados, dirigentes sindicais e autoridades do Executivo

Foto: ASCOM/ANPT

Presidente da ANPT durante a abertura do Congresso

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) realizou, entre os dias 10 e 13 de abril, o XIX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), em Brasília. Neste ano, o evento teve como foco das discussões o "Ministério Público e a atuação nos eventos de grande impacto social". Durante a solenidade de abertura, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, destacou que o tema abordado durante todo o CNPT é extremamente contemporâneo e de grande relevância para toda a sociedade brasileira.

Para ele, os eventos de grande impacto social e as consequências daí decorrentes têm uma relação direta com a atuação de todo o Ministério Público brasileiro, o que se observa de maneira clara na área especializada de atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT). "A atuação nas nossas metas institucionais, como o combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, o meio ambiente de trabalho, o enfrentamento das fraudes trabalhistas, a promoção da liberdade sindical, enfim, todas as questões que dizem respeito à nossa atuação prioritária e que constituem nossas metas, algumas com maior outras com menor grau, têm relação com atuações voltadas pra esses megaeventos, ainda mais num cenário de eventos com orçamentos multibilionários, o que demonstra ainda mais não se justificar, sob nenhuma hipótese, a inobservância da dignidade dos trabalhadores", enfatizou o presidente da ANPT.

Azevedo Lima ressaltou que, no contexto desses megaeventos, torna-se ainda mais grave o descaso e a inobservância de normas e garantias mínimas de segurança, de saúde e de dignidade dos trabalhadores brasileiros. Segundo ele, é necessário que todos venham a debater com o intuito de aprimorar ainda mais a atuação, mesmo com todas as dificuldades que são inerentes a qualquer ramo do MP. "Sabemos que, a despeito de nossas dificuldades, precisamos agir, e agir rápido, pois devemos dar uma resposta célere, efetiva e eficaz para a sociedade. Esperamos que este evento sirva para o aprofundamento dessas discussões e que, com isso, venhamos a otimizar os resultados a serem obtidos por meio de nossa atuação, ainda mais em se tratando de temas que são muito importantes para os membros de toda a instituição, com inegáveis reflexos para toda a sociedade", concluiu.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por sua vez, reforçou que o tema merece grande reflexão das instituições do Estado, e que todos devem se articular para enfrentar os inúmeros desafios que esses eventos trarão para o país. Por outro lado, segundo ele, milhões de novos postos de trabalho estão sendo abertos para dar conta da deficiência da infraestrutura nacional. "Se por um lado essas circunstâncias revelam fato merecedor de comemoração, não podemos olvidar o controle da segurança e saúde do trabalhador nem tampouco a luta contra a precarização do trabalho", ressaltou.

A missão de todos os procuradores, segundo o chefe do MPU, depende de autonomia e voz ativa no exercício das atribuições funcionais. Portanto, para ele, os diversos ramos do MPU devem promover a integração de esforços, sempre respeitando os limites da atuação institucional de cada um de tais ramos, para que deem sua contribuição. "O preço para que o Brasil seja vencedor nas quadras, nas pistas e nas raias não pode ter montante maior do que as balizas impostas pelo princípio da dignidade da pessoa humana, pela probidade administrativa e pelo direito do trabalhador e pela paz e justiça social", ressaltou o PGR em sua fala.

obtidos por meio da nossa atuação”

Em seu discurso, o procurador-geral do Trabalho, Luis Antônio Camargo de Melo, apontou que a imagem do MPT está diretamente relacionada à forma por meio da qual a instituição interage com a sociedade. Por isso, segundo ele, todas as atuações devem estar voltadas para o desenvolvimento de um trabalho que corresponda àquilo que ela espera. “Foi com esse propósito, a fim de nortear as ações de nossa instituição e a definição de estratégias, que foram criadas oito coordenadorias temáticas, cujo objetivo é investigar e combater grande número de irregularidades trabalhistas”, disse.

Procurador-geral da República, Rodrigo Janot

Fotos: ASCOM/ANPT

Mesa de honra da solenidade

> **“Todos devem se articular para enfrentar os inúmeros desafios que esses eventos trarão para o país”**
>
> *Rodrigo Janot, Procurador-geral da República*

Compuseram a mesa de honra da solenidade de abertura, também, o corregedor nacional do Ministério Público, Alessandro Tramujas, o representante do MPT no CNMP, Jeferson Luiz Pereira Coelho, o procurador-geral de Justiça militar, Marcelo Weitzel, a ouvidora-geral do MPT, Heloísa Maria Rêgo Pires, a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Norma Angélica Cavalcanti, o presidente da Associação do Ministério Público do DF e Territórios, Antônio Marcos Dezan, o presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, Giovanni Rattacaso, e a presidente da Amatra-10 e diretora da Anamatra, Noêmia Porto.

Participaram da abertura do XIX CNPT, ainda, o corregedor-geral do MPT, Manoel Orlando Goulart, e os conselheiros do CNMP Antonio Pereira Duarte, Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, Cláudio Henrique Portela do Rêgo, Alexandre Saliba e Marcelo Ferra de Carvalho.

Participantes do CNPT durante a abertura

Procuradores do Trabalho são agraciados com o Prêmio Evaristo de Moraes Filho

Foi realizada, durante a solenidade de abertura do XIX CNPT, a entrega do XV Prêmio Evaristo de Morais Filho, categoria melhor arrazoado. O prêmio tem a finalidade de prestigiar e incentivar a produção doutrinária e intelectual dos procuradores do Trabalho, associados da entidade.

O julgamento dos trabalhos, neste ano, coube a uma comissão integrada pelos procuradores Alessandro Santos de Miranda, presidente da comissão, Clarissa Ribeiro e Fabíola Junges Zani.

Nesta edição, foram classificados como primeiros colocados, pela realização de trabalho conjunto, os procuradores do Trabalho Juliana Queluz Venturine, Luciano Lima Leivas, Philippe Gomes Jardim, Rodrigo Rafael Rodrigues de Alencar e o analista de medicina do trabalho do MPT Marcos Oliveira Sabino. A vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, entregou o prêmio.

Em segundo lugar, foi premiada a procuradora do Trabalho Andrea Nice Silveira, que no ato foi representada pelo procurador do Trabalho Gláucio Araújo de Oliveira. O diretor de assuntos jurídicos da ANPT, José Claúdio Monteiro de Brito Filho, entregou o prêmio.

Em terceiro lugar, por obra conjunta, foram agraciados os procuradores Ana Cláudia Nascimento Gomes e Geraldo Emediato de Souza. O prêmio foi entregue pelo secretário-geral da ANPT, Marcelo Adriano da Silva.

EVARISTO DE MORAES FILHO

Durante a solenidade de abertura do Congresso, a ANPT prestou homenagem ao advogado Evaristo de Moraes Filho, já que, em 2014, completam-se 100 anos de seu nascimento. O prêmio que leva o seu nome foi instituído pela ANPT em 1998, em função dos relevantes serviços prestados pelo jurista ao Ministério Público do Trabalho e em razão de sua contribuição para a história e para a luta dos direitos sociais do nosso país.

Daniela Varandas entregou o prêmio aos primeiros colocados

Fotos: ASCOM/ANPT

Procurador do Trabalho Gláucio Araújo de Oliveira representou a procuradora Andrea Nice Lino Lopes, que foi a segunda colocada

Geraldo Emediato de Souza recebeu o prêmio de terceiro colocado por obra conjunta com a procuradora Ana Cláudia Nascimento Gomes

Oficinas debatem temas relacionados à atuação dos membros do MPT

Durante os dias de realização do XIX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), foram realizadas quatro oficinas de discussão, cujos temas centrais faziam ligação com o foco do evento: "A atuação do Ministério Público nos eventos de grande impacto social". Na oportunidade, os procuradores do Trabalho puderam aprofundar o debate e as discussões sobre os temas propostos, buscando otimizar o resultado de sua atuação.

O tema central da primeira oficina era "segurança e saúde do trabalhador em grandes obras e megaeventos no Brasil". A abordagem de discussão tratou da responsabilidade trabalhista, o impacto social e a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Atuaram como facilitadores os procuradores do Trabalho Renan Bernardi Kalil, da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da 11ª Região, e Roberto Pinto, da PRT-2.

A segunda oficina tratou da "precarização do trabalho no contexto dos megaeventos". Nas discussões, foram abordadas as questões da terceirização, do trabalho voluntário, do trabalho temporário e do elo de responsabilidade. Foram facilitadores o Procurador do Trabalho Rafael de Araújo Gomes, da PRT-15, e Cássio Luis Casagrande, da PRT-1.

Já a terceira oficina do XIX CNPT abordou "os impactos sócio-trabalhistas dos megaeventos e ameaça à dignidade humana". Tratou-se, na ocasião, do tráfico de pessoas, sobre a situação do trabalhador migrante, a questão da exploração de crianças e adolescentes, o trabalho escravo e a responsabilidade na cadeia produtiva. Foram facilitadores a procuradora do Trabalho da PRT-2 Chistiane Vieira Nogueira e Eduardo Varandas Araruna, este último da PRT-13.

A última oficina do evento abordou a "relevância social e a atuação do Ministério Público do Trabalho". O foco dos debates foi voltado para as estratégias de atuação, o artigo 5º da Resolução nº 69/2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT), o controle pelo órgão revisional e o princípio da transcendência. Foram facilitadores o procurador do Trabalho da PRT-1 Rodrigo de Lacerda Carelli e Paulo Douglas Almeida de Moraes, da PRT-24.

Durante a assembleia-geral, realizada no sábado, 12/04, os participantes puderam votar e aprovar as propostas lançadas em cada oficina, a fim de integrar uma pauta de propostas e de providências a serem adotadas pela ANPT. Com a realização das oficinas de trabalho, os CNPTs tornaram-se ainda mais dinâmicos e possibilitaram maior participação dos associados em temas constantemente articulados pela Associação e por seus filiados em sua atuação.

Oficina 1

Oficina 2

Oficina 3

Oficina 4

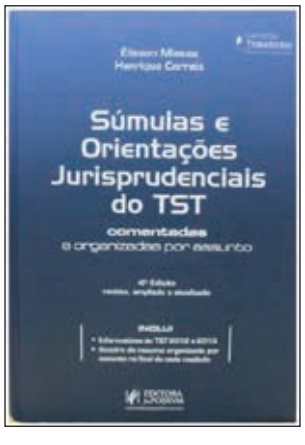
Fotos: ASCOM/ANPT

Sete livros de autoria de associados e parceiros da ANPT foram lançados durante o evento

Na sexta-feira, 11/04, durante a programação do XIX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), setes livros, de autoria de associados e parceiros da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), foram lançados. As obras estavam, assim como seus autores, à disposição dos participantes do CNPT, que puderam conhecer melhor os livros, assim como tê-los autografados.

Os livros lançados foram: "Súmulas e OJs do TST – Comentadas e organizadas por assunto", de autoria dos procuradores do Trabalho Elisson Miessa dos Santos e Henrique Lima Correa; "O Mundo do trabalho e as novidades normativas na perspectiva da magistratura e do Ministério Público: homenagem ao ministro Arnaldo Süssekind", cujo coordenadores foram o procurador do Trabalho Francisco Gerson Marques de Lima e Ney Maranhão; "Ação civil pública no processo do trabalho", de autoria do procurador Regional do Trabalho Ricardo José Macedo de Britto Pereira; "Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas", cujos coordenadores são a professora Gabriela Neves Delgado e o procurador Regional do Trabalho Ricardo José Macedo de Britto Pereira; "Ministério Público do Trabalho: doutrina, jurisprudência e prática", de autoria do ex-procurador Regional do Trabalho, e atualmente desembargador federal do Trabalho no Espírito Santo, Carlos Henrique Bezerra Leite; "Manual de Processo do Trabalho", também de autoria de Carlos Henrique Bezerra Leite; "Manual de Direitos Humanos", de autoria de Carlos Henrique Bezerra Leite.

*Confira no *site www.anpt.org.br* a sinopse das obras.



Palestra aborda as transformações sociais e a repercussão no mundo do Trabalho

Na tarde do segundo dia de realização do Congresso, 11/4, o procurador regional do Trabalho Cristiano Paixão ministrou palestra sobre "As transformações sociais e a repercussão no mundo do Trabalho". Ele apresentou uma abordagem sobre as relações de trabalho e o capitalismo e tratou da nova forma de organização social do trabalho, bem como a sua reordenação socioespacial.

O procurador falou também sobre a precarização decorrente de novas formas de contratação, abordando terceirização, trabalho temporário, cooperativas e o fenômeno da "pejotização", entre outros. "Esses trabalhadores estão, na verdade, suspensos no tempo e no espaço. Uma das principais dimensões do humano é a tentativa de construir um futuro diferente, imaginar uma história nova a partir do presente. O trabalhador terceirizado, no entanto, não tem isso. Ele não tem perspectivas de futuro, sofre todas as consequências decorrentes de uma rotatividade enorme, sem construir qualquer identidade e sendo tratado como um ser à parte pelos próprios colegas que com ele laboram no mesmo ambiente de trabalho", ressaltou, destacando, também, que "ele não sabe sequer se receberá o salário no final do mês e muito menos se ainda terá o emprego ao final do contrato com a prestadora de serviço", disse.

Foto: ASCOM/ANPT

Procurador Regional do Trabalho Cristiano Paixão durante sua palestra

Durante sua explanação, Cristiano Paixão também traçou um panorama a respeito da flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Falou também sobre a diminuição do número de trabalhadores no setor industrial, da eliminação de setores produtivos nas empresas, do crescimento do setor de serviços, entre outras relevantes abordagens.

Presidiu a mesa, durante a palestra, a ex-procuradora-geral do Trabalho, e ex-conselheira do CNMP, Sandra Lia Simón.

Assembleia encerra as atividades do XIX CNPT

Mesa diretora dos trabalhos da Assembleia

Fotos: ASCOM/ANPT

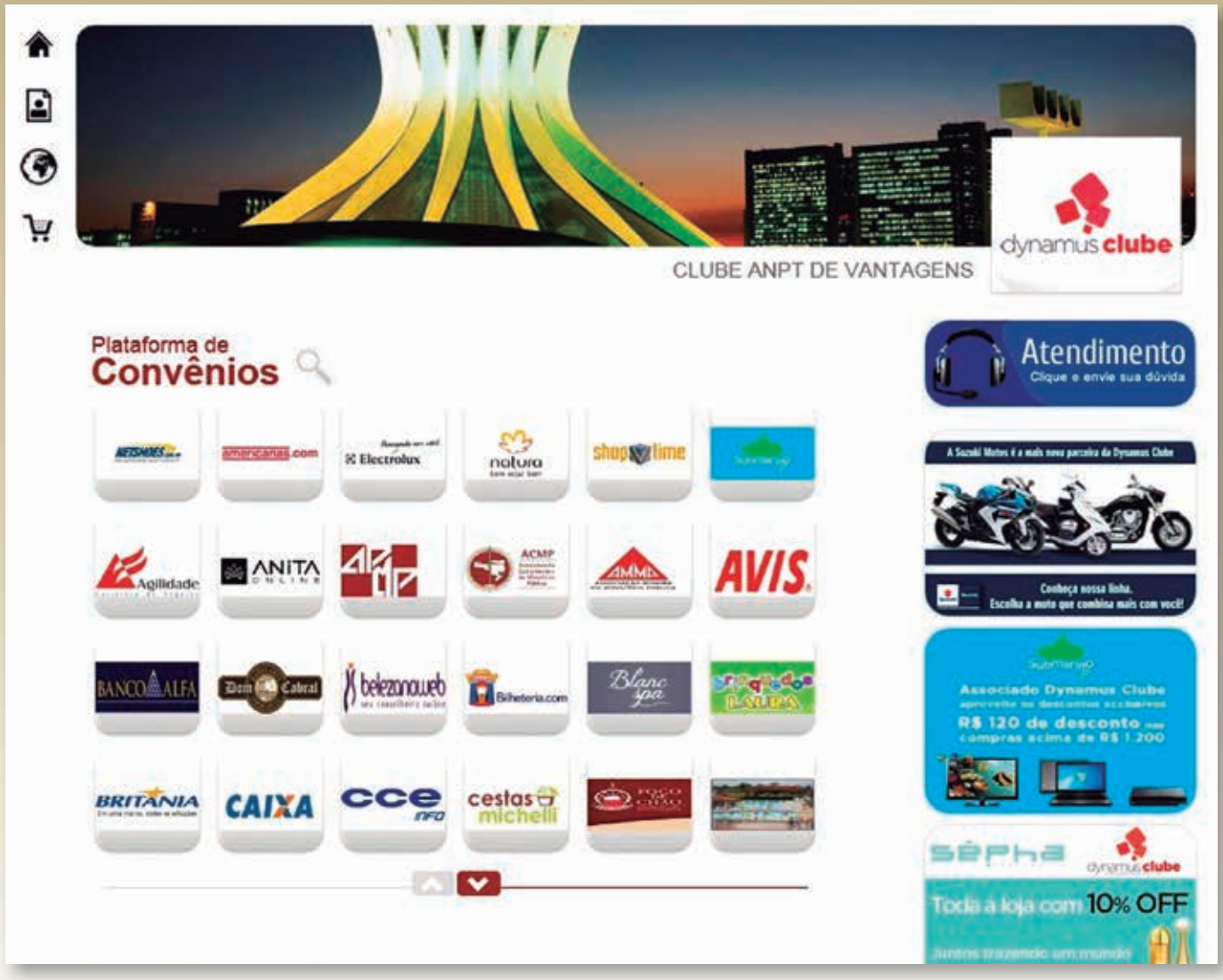
Apresentação da chapa que concorre às eleições da ANPT

Participantes do XIX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT) estiveram reunidos na tarde de sábado, 12/4, na última atividade proposta para o evento: a assembleia extraordinária da categoria. Na ocasião, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esclareceu pontos referentes à atuação da entidade, em especial no âmbito do Poder Legislativo, e fez um relato acerca das providências adotadas pela Associação em cumprimento às deliberações da categoria tomadas durante o XVIII CNPT, realizado em 2013.

O conselho fiscal da ANPT, por sua vez, examinou a prestação de contas dos trimestres outubro a dezembro/2013 e janeiro a março/2014, com a finalidade de verificar os atos da diretoria, bem como o cumprimento de seus deveres legais e os respectivos reflexos nas demonstrações contábeis. O conselho manifestou-se favoravelmente à aprovação das contas, sem nenhuma ressalva. O parecer fiscal foi aprovado por unanimidade pela categoria.

Ao final da Assembleia, os integrantes da chapa que concorre às eleições para a nova diretoria da ANPT, biênio 2014/2016, tiveram a oportunidade de se apresentar e destacar suas propostas. Eles falaram sobre seu plano de gestão e solicitaram que todos os procuradores do Trabalho participem do processo eleitoral, dando a ele ainda maior legitimidade. Foram feitos esclarecimentos sobre a forma de votação, que se tornou mais fácil e ágil. A eleição será realizada no próximo dia 6 de maio.

CLUBE ANPT DE VANTAGENS



O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço ***www.anpt.org.br***, e clique no tópico "Espaço do Associado". Em seguida, clique em "Convênios ANPT" e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.

dynamus consult
CONNECTING BUSINESS

SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center Salas 1103 a 1105 11° andar
Brasília/DF CEP 70070-904 Fonte: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275
e-mail: anpt@anpt.org.br

II Congresso Internacional de Direito Sindical trata do diálogo social com apoio da ANPT

De 2 a 4 de abril, o Ministério Público do Trabalho (MPT), em parceria com o Grupo de Estudos e Defesa do Direito do Trabalho e do Processo Trabalhista (Grupe) e o Fórum das Centrais Sindicais no Estado do Ceará (FCSEC), promoveu o II Congresso Internacional de Direito Sindical, em Fortaleza. O evento reuniu cerca de 1500 pessoas, entre procuradores do Trabalho, magistrados, advogados, sindicalistas e estudantes. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) foi uma das apoiadoras do Congresso, que teve como tema deste ano o Diálogo Social, tanto no sentido negocial quanto sob o aspecto crítico.

O evento teve como objetivo aprofundar a discussão sobre o sindicalismo brasileiro, levando em conta a realidade do trabalho e a relevância do entendimento entre empresários e trabalhadores, por meio dos canais apropriados de negociação, especialmente a auto-composição, a mediação e a conciliação. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, inclusive tendo presidido a mesa que tratou do tema "Impacto Social da ultratividade dos instrumentos coletivos de trabalho", a qual teve como palestrante a ministra Kátia Arruda Magalhães, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Foto: Ascom/MPT-CE

Palestra abordou o impacto social da ultratividade dos instrumentos coletivos de trabalho

A conferência de abertura do evento foi ministrada pelo especialista da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Carlos Rodriguez Dias, que falou sobre o Tripartismo (Estado, Capital e Trabalho) perspectivas mundiais. O encontro contou ainda com palestras que abordaram a Terceirização e a Negociação Coletiva; Capital e Trabalho: o diálogo social justo, entre outros relevantes temas.

PRT-10 lança Pedra Fundamental do Edifício Sede da instituição

A Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região (PRT-10) lançou, dia 22 de abril, a "Pedra Fundamental", que marca o início das obras de construção da sede da instituição, que tem atuação no Distrito Federal e no Estado do Tocantins (MPT-DF/TO). O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, participaram da cerimônia.

Em seu pronunciamento, o presidente da ANPT ressaltou a satisfação em testemunhar o lançamento da pedra fundamental de onde será a nova sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região. "Se exigimos instalações adequadas e um meio ambiente do trabalho seguro e saudável no âmbito de empresas e órgãos públicos, obviamente que precisamos dar exemplo em ´nossa casa´, e a esse propósito, certamente, a nova sede da PRT-10 se prestará, conforme já se antevê da observância do projeto que agora começa a ser executado", ressaltou.

Azevedo Lima elogiou o trabalho de todos os procuradores-chefes que geriram a Regional, assim como o atual, no empenho e na dedicação que levaram a que se chegasse a essa fase atual. "Se já se ressalta, há séculos, que toda caminhada começa no primeiro passo, que esse passo de hoje, dotado de inegável simbolismo, seja significativo para essa caminhada que trilharemos juntos, esperando que em breve possamos inaugurar a nova sede", disse.

Já o procurador-chefe da PRT-10, Alessandro Santos de Miranda, agradeceu o apoio de todos os envolvidos com a nova sede e lembrou que "depois de muito empenho, iniciamos a construção do tão sonhado edifício próprio. A localização possibilitará fácil acesso aos trabalhadores que nos procuram. Haverá estacionamento coberto com aproximadamente 200 vagas e ampla área externa para receber os visitantes. Além disso, teremos dez salas de audiências e auditório para 200 pessoas", lembrou.

Alessandro Santos, acompanhado do presidente da ANPT, do procurador-geral do Trabalho, Luis Antônio Camargo de Melo, do subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Luiz Pereira Coelho, representante do MPT no CNMP, e dos ex-procuradores-chefes do MPT-DF/TO Ronaldo Curado Fleury, Maurício Correia de Mello, Daniela de Morais do Monte Varandas e Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro, descerrou a placa alusiva ao lançamento da Pedra Fundamental.

Foto:Ascom/ANPT

Placa alusiva ao lançamento da Pedra Fundamental foi descerrada

Associações do Ministério Público discutem agenda propositiva com presidente da Câmara

Representantes das entidades de classe do Ministério Público brasileiro estiveram reunidos, dia 23 de abril, com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, para debater uma pauta propositiva na Casa. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, participaram da reunião.

Grupo reunido com o presidente da Câmara

Foto: Ascom/ANPT

Entre os temas debatidos deu-se destaque à necessidade de regulamentação das investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público, além da votação das proposições legislativas que tratam da garantia da vitaliciedade dos membros do MP e do Poder Judiciário, o que se encontra em discussão atualmente no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, sob a relatoria da deputada Sandra Rosado (PSB/RN), que também participou da reunião. Na ocasião, tentou-se garantir a manutenção do texto aprovado no Senado Federal no ano passado, sem qualquer voto contrário, a partir de construção de consenso com ampla participação de todas as entidades nacionais do MP e de todos os partidos políticos.

O texto aprovado no Senado deu origem à PEC 291/2013, a qual fora apensada, na Câmara, à PEC 505/2010. O regime disciplinar dos membros da instituição, assim como questões que dizem respeito de forma mais específica a promotores e procuradores, como política remuneratória e revisão de subsídios, também foram levadas ao debate com o presidente da Câmara.

Para o presidente da ANPT, a reunião com o presidente da Câmara dos Deputados foi muito relevante, uma vez que demonstra a união de todo o MP. Em relação ao poder investigatório dos membros da instituição, Azevedo Lima ressaltou que "a sociedade já deu um recado muito claro, nas manifestações do ano passado, no sentido de que não há como se dissociar da figura dos membros do Ministério Público a atividade investigativa, sob pena de se viabilizar o aumento da impunidade, o que, já se demonstrou, não há como se aceitar", destacou.

Coordinfância realiza sua XXVI reunião nacional

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 2 de abril, da abertura da XXVI reunião nacional da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes (Coordinfância), do Ministério Público do Trabalho (MPT). Na ocasião, o presidente da ANPT ressaltou a relevância da atuação dos membros da Coordenadoria, "que, além de todas as dificuldades e das gravíssimas irregularidades que combatem, ainda precisam lidar com um forte, e extremamente equivocado, posicionamento cultural que tenta, absurdamente, justificar o trabalho infantil", enfatizou.

O encontro, que durou dois dias, apresentou a definição de Projetos Estratégicos para 2015, a coleta de dados via MPT digital, bem como a revisitação das metas estipuladas na XXV Reunião Nacional. Discutiu-se, ainda, um plano de trabalho para tentar combater a exploração do trabalho de crianças e adolescentes nos esportes e no contexto da Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

Também durante a reunião, tratou-se da apresentação, pelos coordenadores regionais da Coordinfância, dos resultados dos estudos empreendidos pela comissão de aprendizagem para adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio fechado e aberto, assim como a apresentação da agenda de audiências Públicas de Pactuação contra o Trabalho Infantil, que será executada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e, ainda, as Estratégias de Mobilização da Campanha Nacional da Coordinfância.

Além do presidente da ANPT, também participaram da abertura do encontro o vice-procurador-geral do Trabalho, Eduardo Parmeggiani, além dos coordenadores nacionais da Coordinfância, os procuradores Rafael Dias Marques e Thalma de Almeida (vice-coordenadora), entre outros membros da Coordenadoria e do MPT em geral, oriundos de todo o Brasil.

Douglas Alencar Rodrigues toma posse como ministro do TST

Foi empossado, dia 22 de abril, no cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o até então desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) Douglas Alencar Rodrigues. A solenidade, realizada no auditório Arnaldo Süssekind, no edifício sede do TST, contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas.

Douglas Rodrigues foi empossado pelo presidente do TST, ministro Antonio José de Barros Levenhagen, com a participação dos ministros do TST e de desembargadores e juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho. Ele assume a vaga aberta em novembro do ano passado pela aposentadoria do ministro Pedro Paulo Manus.

Entre as autoridades presentes também estavam o procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo, o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, o vice-governador do Distrito Federal, Tadeu Filippelli, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes. Prestigiaram ainda a posse o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, e os ministros do TCU Walton Alencar Rodrigues e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio Noronha, entre diversas outras autoridades

Foto: TST

Presidente e vice-presidente da ANPT com o novo ministro do TST

Marcelo Weitzel é reconduzido ao cargo PGJM

Foto: ASCOM/ANPT

Vice-presidente e diretor financeiro da ANPT e o procurador-geral de Justiça Militar

A vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, e o diretor financeiro da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram, dia 14 de abril, da solenidade de recondução do subprocurador-geral de Justiça Militar Marcelo Weitzel Rabello de Souza ao cargo de procurador-geral de Justiça Militar, para o biênio 2014-2016. O evento aconteceu no plenário do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em Brasília.

Em seu pronunciamento, Marcelo Weitzel agradeceu ao procurador-geral da República pela nomeação e aos membros e servidores do Ministério Público Militar (MPM) que "uniram esforços e convergiram ideias em proveito de uma mesma causa e resultado: administrar a coisa pública e cumprir as nossas atribuições e funções constitucionais".

Segundo ele, dois pilares balizaram sua atuação à frente do MPM: o caráter institucional e o diálogo. E esses mesmos fundamentos, declarou, deverão ser seguidos no próximo biênio.

Novo ministro do STM defende mudanças na Justiça Militar da União

"Os brasileiros precisam da Justiça todos os dias de suas vidas. Sem Judiciário forte e independente, não há direitos resguardados; não há verdadeiro Estado Democrático de Direito". A afirmação é do novo ministro do Superior Tribunal Militar (STM), José Barroso Filho, que tomou posse dia 10 de abril. Ele ocupa o lugar do ministro Carlos Alberto Marques Soares, que se aposentou em 2013. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou a solenidade de posse, juntamente com membros dos demais ramos do Ministério Publico, do Judiciário e dos Poderes Executivo e Legislativo.

O ministro, que já foi presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União (AMAJUM), reafirmou, na ocasião, a importância da Justiça Militar da União, que tem como característica maior a de integrar o Judiciário brasileiro, não sendo um órgão administrativo ou uma Corte Marcial, como em outros países. Ele ressaltou que a Justiça Militar da União acata os princípios projetados pelas Nações Unidas para as jurisdições militares no mundo com estrita observância aos Direitos e Garantias Constitucionais.

Foto: ASCOM/ANPT

Posse do novo ministro do STM

35 ANOS

ANPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center
Salas 1103 a 1105 11º andar
Brasília/DF - CEP: 70070-904 - Fone: (61) 3325.7570
e-mail : anpt@anpt.org.br
www.anpt.org.br

facebook: AnptBrasil